RESOLUÇÃO Nº 222/1991
(Alterada pela [Resolução nº 278/1995](#) e nº 967/2021)

A CORTE SUPERIOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO que há obrigatoriedade constitucional da residência do Juiz na comarca ([art. 93, VII, da Constituição da República](#)), ditada pelo interesse público e pela moralidade administrativa;

CONSIDERANDO que a prestação jurisdicional não pode, em nenhuma hipótese, sofrer qualquer tipo de descontinuidade, devendo sempre ter o Juiz para a solução dos conflitos, máxime os de urgência;

CONSIDERANDO que o jurisdicionado pode necessitar da prestação jurisdicional em dias não úteis, em que não há expediente forense normal;

CONSIDERANDO que o cumprimento exato das normas pelo magistrado, principalmente aquelas que lhe imponham conduta, representa ponto positivo para promoção,

RESOLVE:

Art. 1º - Somente o Juiz que tiver efetiva residência na comarca poderá ser votado para a promoção.

Parágrafo único - A permanência do Juiz na comarca aos sábados, domingos e feriados integra o conceito de efetiva residência.

Art. 2º - Compete ao Corregedor de Justiça informar à Corte Superior se o Juiz reside e permanece na sede da comarca ([Resolução 61/75](#), art. 40, III, c, e [Regimento Interno](#), art. 112, § 2º, final).

Art. 3º - São nulos os votos dados a candidatos a promoção, por merecimento, que não tenham residência na comarca.

Art. 4º - Nas comarcas de mais de uma vara, um dos Juízes responderá pelo plantão nos dias não úteis, cabendo-lhe apreciar pedidos de *habeas corpus*, liminares e mandado de segurança ou cautelares, bem como decidir outras questões urgentes cíveis ou criminais.

§ 1º - O Diretor do Foro fará escala trimestral, para assegurar a rotatividade semanal dos Juízes de plantão, remetendo cópia ao Corregedor de Justiça, ao qual será imediatamente comunicada qualquer alteração.

§ 2º - Em local bem visível, no Fórum, será publicado o nome do Juiz de plantão na semana, com o respectivo endereço.

§ 3º - Aos Juízes que não estejam de plantão, em comarcas de mais de uma Vara, é permitido dela se afastarem nos dias não úteis,

Parágrafo único - Descaracteriza o conceito de residência na comarca a ausência habitual do magistrado nos dias em que não estiver de plantão.

Art. 5º - Em situações especiais ou de emergência, poderá o Juiz ausentar-se da comarca, comunicando-o a seu substituto observada a ordem estabelecida no art. 84 da [Resolução nº 61/75](#), e ao Corregedor de Justiça.

Art. 6º - Aplica-se o disposto nos artigos anteriores aos Juízes Substitutos, inclusive para efeito de vitaliciamento.

~~Art. 7º - Fica instituído o plantão semanal no Tribunal de Justiça, nos dias não úteis, aplicando-se, no que couber, o disposto no *caput* do art. 4º e § 2º.~~

~~§ 1º - Incumbe ao Presidente do Tribunal designar, para cada plantão, um Desembargador de Câmara Cível e um Desembargador de Câmara Criminal, escolhidos por ordem decrescente de antiguidade e sucessivamente substituídos, se necessário, na mesma ordem.~~

~~§ 2º - Nenhum Desembargador poderá ser novamente designado sem que todos hajam participado do plantão, inclusive os Vice-Presidentes.~~

~~§ 3º - O Desembargador mais antigo poderá ser substituído por outro, desde que ambos façam a correspondente comunicação ao Presidente do Tribunal, com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência, funcionando o substituído, obrigatoriamente, no plantão seguinte.~~

~~§ 4º - Em caso de impedimento ou suspeição, o Desembargador designado encaminhará o feito àquele que se lhe seguir, na ordem de antiguidade, e em condições de exercer eventualmente o encargo.~~

~~§ 5º - O Desembargador terá a sua competência preventiva para a distribuição do feito em que officiar, quando no plantão.~~

~~§ 8º(*) - Aos Desembargadores que funcionarem no plantão semanal previsto no artigo fica assegurado o direito à compensação pelos dias em que servirem. (Parágrafo acrescentado pela [Resolução nº 278/95](#)) (Artigo revogado pela [Resolução do Órgão Especial nº 967/2021](#))~~

~~Art. 8º - Durante o plantão forense, no Tribunal de Justiça e nas comarca, serão examinados, unicamente, os casos relacionados com as matérias indicadas no art. 4º, desde que, em todos os casos, haja manifesta urgência na apreciação da espécie, com a possibilidade de dano irreparável ao direito das partes. (Artigo revogado pela [Resolução do Órgão Especial nº 967/2021](#))~~

~~Art. 9º - O Diretor do Foro e, no Tribunal de Justiça, o Diretor-Geral, designarão os servidores necessários à execução das determinações dos Desembargadores e Juízes de plantão. (Artigo revogado pela [Resolução do Órgão Especial nº 967/2021](#))~~

Art. 10º - Esta Resolução entrará em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a [Resolução nº 203](#), de 08.03.91.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Palácio da Justiça, 02 de dezembro de 1991.

JOSÉ FERNANDES FILHO
Presidente

(*) Numeração incorreta do parágrafo foi dada pelo ato alterador (Nota da Biblioteca)